

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA JÚNIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
Rua Visconde de Paranaguá, nº 102 - Bairro Centro  
Rio Grande-RS, CEP 96200-190  
- <http://hu-furg.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23764.022197/2025-68

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. **Contratação de Serviços Médicos de Anestesiologia para atendimento no Bloco Cirúrgico do Centro Obstétrico**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O regime de execução será a Contratação por Preço Unitário, conforme hipóteses previstas no art. 9º do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Tabela 1: Descrição do Serviço

Item	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade
1	Contratação de Serviços Médicos de Anestesiologia para atendimento no Bloco Cirúrgico do Centro Obstétrico	6335	Meses	12

3.2. O contrato terá vigência inicial pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, na forma dos arts. 188 a 191 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. No âmbito da Ebserh, a Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025 e Resolução n.º 102, de 20 de fevereiro de 2020, ambas do Conselho de Administração, estabelecem as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

4.2.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, sendo que a sua autorização foi concedida através do Parecer - SEI 8 (59861864).

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. **Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:**

5.1.1. O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos na área de anestesiologia, visando complementar o quadro de profissionais atuantes no HU-Furg, em decorrência do déficit na contratação através de concurso.

5.1.2. A Contratada deverá atender as demandas do HU-Furg diariamente, na área de anestesiologia, conforme programação e solicitação da contratante, em caráter eletivo ou, excepcionalmente, urgência/emergência.

5.1.3. A contratante deverá atender as demandas de segunda a sexta, conforme necessidade do Hospital a ser indicada em escala prévia, sem prejuízo de atendimento ou interrupção de atividades de procedimentos que tem como serviço essencial as atividades do profissional de anestesiologia.

5.1.4. O HU-Furg/Ebserh não ficará obrigado a utilizar (demandar) a totalidade das horas contratadas, uma vez que o quantitativo é meramente estimativo, e será executado conforme necessidade da Instituição durante a vigência do contrato. Desta forma, o pagamento será realizado conforme o quantitativo de horas do serviço efetivamente prestado, mediante ateste da equipe de fiscalização.

5.1.5. Os procedimentos deverão ser realizados por profissionais devidamente qualificados e habilitados, dentro da área física hospitalar, conforme Resolução 2.174 de 2017 do Conselho Federal de Medicina ou outra que venha a substituí-la.

5.1.6. A contratada deverá disponibilizar recursos humanos para o cumprimento das horas destinadas à realização dos procedimentos hospitalares anestésicos, conforme escala mensal enviada à contratada, de acordo com o quantitativo necessário para atender as demandas

nos locais de trabalho e horários definidos pela contratante, se responsabilizando por quaisquer riscos oriundos do atraso ou outra falha decorrente do serviço da contratada.

5.1.7. A contratada deverá prestar assistência médica na especialidade aos pacientes adultos, obstétricos, pediátricos e neonatais designados pela instituição, conforme fluxos e protocolos estabelecidos, definindo as medidas e executando as condutas necessárias, obedecendo aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

5.1.8. O escopo do serviço a ser contratado contempla:

5.1.8.1. Realização de procedimentos anestésicos classificados como: geral, condutiva, regional ou local;

5.1.8.2. Prestação de assistência e vigilância clínica durante o ato cirúrgico, para fins terapêuticos ou diagnósticos;

5.1.8.3. Realização de visitas pré-anestésicas aos pacientes internos que se submeterão a procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade;

5.1.8.4. Prestação de assistência no setor de recuperação pós-anestésica;

5.1.8.5. Exercício da preceptoria aos médicos residentes do programa de Residência em Anestesiologia do HU-Furg /Ebserh;

5.1.8.6. Relato no prontuário eletrônico (Sistema AGHUX) do paciente sobre o procedimento realizado, assim como todas as etapas do processo e condições clínicas do paciente, devidamente identificado com o nome do profissional executante através de assinatura e carimbo com o número do registro profissional;

5.1.8.7. Utilização do sistema de informação de prontuário informatizado utilizado pela contratante, qual seja, o AGHUX - Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários;

5.1.8.8. Obedecer aos regimentos internos do HU-Furg/Ebserh, Protocolos de Segurança do Paciente entre outros normativos vigentes ou que venham a vigorar.

5.1.9. Observar os demais normativos e legislações pertinentes ao objeto contratado, normas internas da Instituição, assim como as exigências previstas no Termo de Referência.

5.2. Os profissionais atuantes no contrato deverão possuir Certificado de Conclusão de Residência Médica em Anestesiologia ou Título de Especialista em Anestesiologia reconhecido pela Associação Médica Brasileira, bem como inscrição regular junto ao Conselho Regional de Medicina competente;

5.3. A apresentação da proposta pela licitante para a execução do objeto deste Termo de Referência implicará, para todos os efeitos jurídicos e legais, em plena aceitação das condições, obrigações e especificações neste estabelecidas.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, devendo apresentar Atestado de Vistoria, assinado por servidor responsável.

6.1.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

6.2. A visita será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (53) 3233 0301 - Setor de Administração ou (53) 3233 8897 - Unidade de Compras e Licitações, no mesmo horário indicado anteriormente.

6.2.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes para os eventuais interessados.

6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita a seguir, sendo que os serviços serão prestados para o Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr., localizado na Rua Visconde de Paranaguá, nº 102, Centro - Rio Grande/RS - CEP: 96200-190.

7.2. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato.

7.3. A contratante enviará a escala mensal à contratada com 10 (dez) dias de antecedência, com o quantitativo de horas/plantões necessários para atendimento da demanda de cada dia e turno.

7.3.1. A demanda de serviço será definida com base nas horas necessárias para preenchimento das escalas e plena utilização da estrutura cirúrgica do HU-Furg, tendo como referência a demanda de procedimentos e a otimização das salas cirúrgicas. A execução dos serviços ocorrerá, preferencialmente, no horário diurno, para atendimento das demandas eletivas do HU-Furg, conforme escala a ser encaminhada previamente pelo HU-Furg.

7.3.2. As horas demandadas à contratada irão constituir preferencialmente plantões de 12 horas (diurno), contudo a escala poderá dispor de cargas horárias diferentes a depender da necessidade do HU-Furg e o mapa cirúrgico do período, visando otimizar a utilização dos profissionais e permitindo maior flexibilidade no dimensionamento das escalas para, apenas, complementar o quadro do HU-Furg nos horários cuja demanda seja superior ao número de profissionais próprios disponíveis.

7.3.3. A atuação do profissional plantonista deve atender todas as demandas de anestesia do Centro Obstétrico, incluindo cesarianas (eletivas e urgências), curetagens, cirurgias de gravidez ectópica, analgesia de parto, garantindo a atuação ininterrupta do serviço.

7.3.4. As escalas poderão ocorrer da seguinte forma:

- a) 6 horas;
- b) 12 horas (preferencial);
- c) 24 horas.

7.4. A contratada deverá enviar escala nominal dos profissionais anestesiológicos, com respectivos contatos telefônicos e números de registros no CRM, encaminhando ao HU-Furg em até 05 (cinco) dias, após o envio da escala mensal realizada pela CONTRATANTE. Quando modificada, comunicar com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, salvo alterações emergenciais.

7.5. Em casos em que o procedimento ultrapassar o horário estabelecido para o profissional, a CONTRATADA deverá garantir a continuidade dos serviços até a passagem a outro profissional ou até o término do procedimento cirúrgico.

7.6. Os profissionais contratados deverão realizar registro diário da assinatura na Folha de Frequência, evidenciando horário de entrada e saída, ficando a cargo de colaborador da secretaria de Bloco Cirúrgico, indicado pela contratada as validações diárias dos referidos registros. Garantindo, ainda, que por se tratar de documento oficial, as Folhas de Frequência não sejam rasuradas ou apresentem emendas.

7.6.1. Na ausência de assinatura no horário de entrada ou saída, será considerado, conforme o caso, o horário de início e /ou término do procedimento constante na folha da sala cirúrgica, para fins de cálculo das horas de serviço prestadas, não fazendo jus a qualquer pagamento adicional, sendo responsabilidade da contratada exigir de seus profissionais o correto registro de frequência, conforme controle estabelecido pela contratante.

7.7. Caso surja alguma situação excepcional que impacte na realização do serviço, deverá ser enviado comunicado pela CONTRATANTE direcionado à empresa CONTRATADA, 24 (vinte e quatro) horas antes da devida apresentação dos profissionais, informando sobre a não necessidade de apresentação dos profissionais no HU-Furg/Ebserh, não sendo devido nestes casos qualquer pagamento por parte da CONTRATANTE para a CONTRATADA.

7.7.1. Excepcionalmente, quando ocorrer a suspensão do procedimento no dia agendado no qual a empresa contratada já estiver com o profissional nas dependências do HU-Furg, a contratante poderá realocá-lo para os procedimentos previstos na sequência, remunerando a empresa pelo período no qual o profissional ficou efetivamente a serviço da contratante. Caso contrário, haverá a dispensa do profissional, sem ônus à contratante quanto às horas dispensadas.

7.8. Exercer preceptoria aos Médicos Residentes do HU-Furg/Ebserh, nos termos das “Diretrizes para o Exercício da Preceptoria nos Hospitais Universitários da Rede Ebserh”, estabelecidas por meio da Portaria-SEI n.º 509, de 10 de outubro de 2018, da Presidência da Ebserh, e da Resolução CNRM n.º 16, de 30 de setembro de 2022, ou outras que venham a substituí-las.

7.9. Os profissionais deverão preencher receitas de medicamentos, em especial psicotrópicos utilizados durante o ato anestésico, bem como as fichas anestésicas, imediatamente após o término do procedimento.

7.10. Os profissionais deverão prescrever medicamentos e/ou utilizar materiais que sejam compatíveis com os padronizados no HU-Furg/Ebserh, salvo situações autorizadas pela Contratante.

7.10.1. Reserva-se o direito à Contratada de questionar e sugerir a padronização de algum medicamento ou material que julgar necessário, desde que respaldada por justificativa científica que será submetida à avaliação do Responsável Técnico da Anestesiologia da CONTRATANTE, e seu uso só deverá ser realizado após autorização da Contratante, bem como protocolo de utilização.

7.11. Contribuir com os profissionais de outras áreas que tenham relação com a especialidade mencionada no objeto.

7.12. Não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem os pacientes para fins científicos, sem que haja anuência da Gerência de Ensino e Pesquisa - GEP do HU-Furg/Ebserh, devendo ser observadas as normas vigentes para o objeto da pesquisa e/ou trabalho científico.

7.13. Responsabilizar-se pelo monitoramento e liberação dos pacientes da sala de recuperação pós-anestésica.

7.14. Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes (manual ou eletrônico), folha de sala, monitorização da anestesia, lista de problemas, notas de transferência ou alta, termos de consentimento, pesquisa de alergia, além de outros documentos relacionados ao ato anestésico, como as informações para correta averiguação das contas hospitalares e reembolso do hospital e da prestação do serviço.

7.15. Atender aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento.

7.16. Manter postura adequada e atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional e demais áreas da instituição.

7.17. Executar demais atribuições da especialidade bem como atividades gerais de competência médica. Estes procedimentos deverão ser realizados por profissionais devidamente especializados em anestesiologia com titulação pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia ou Certificado de Residência Médica em Anestesiologia.

7.18. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. Instrumento de medição de resultado (IMR):**

8.1.1. O controle de medição de avaliação de qualidade dos serviços será realizado por meio da avaliação de indicadores, conforme discriminado nas tabelas 2 a 6. Será acordado que as falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências.

8.1.2. As falhas na qualidade dos serviços serão registradas pelos fiscais, conforme o tipo e o volume de falhas. A metodologia de cálculo para apuração do valor mensal devido a ser pago pela contratante à contratada, após avaliação do IMR, está disposto no Anexo IV deste Termo de Referência.

8.1.3. Cada ocorrência deverá ser registrada pelo servidor fiscal, no qual deverão ser preenchidas todas as informações com a respectiva identificação do item ou itens em que foram verificadas as ocorrências. Todos os tipos de ocorrências referem-se às obrigações

descritas neste Termo de Referência.

8.1.4. No final de cada período de avaliação, a Contratante, por meio do fiscal, elaborará um relatório final, descrevendo o total de ocorrências havidas durante o período. A avaliação será mensal e o relatório deve ser entregue pelos fiscais antes da emissão da nota.

8.1.5. Cada descumprimento relacionado aos indicadores abaixo é considerado uma ocorrência. Após o somatório das ocorrências mensais, com seus respectivos pesos, será feita a correlação com os percentuais de desconto na nota fiscal.

8.1.6. A cada avaliação, o preposto da CONTRATADA deverá analisar os motivos que ensejarem descontos em virtude dos resultados da avaliação qualitativa realizada com a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, bem como adotar medidas para readequação das rotinas de prestação dos serviços e superação das inconformidades que sobrevierem.

8.2. Com relação à fiscalização:

8.2.1. Ocorrências: falhas de qualidade que caracterizem descumprimentos do contrato ou que gerem prejuízos à contratante serão apontadas através de ocorrências registradas pelos fiscais em formulário padrão da Contratante, que em caso de danos ou de não regularização, serão objeto de penalidade.

8.2.2. Avaliação mensal contratual: mensalmente, os fiscais de contrato realizarão relatório qualitativo relativo aos serviços prestados, conforme formulário padrão da Contratante para avaliação gerencial e acompanhamento, os quais serão levados em consideração para fins de avaliação quanto à renovação contratual e ações gerenciais visando a melhoria da qualidade dos serviços.

8.2.3. Eventuais falhas/ocorrências justificadas pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento. A reincidência nas falhas de qualidade apuradas e descontadas através de IMR, não impede a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para fins de aplicação de sanção administrativa.

Tabela 2: Indicador 1 do IMR

INDICADOR Nº 01 - INCONFORMIDADE DE DOCUMENTOS E PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir o correto preenchimento e atendimentos dos requisitos obrigatórios de prontuário - ficha de anestesia, pré anestésico, receitas de psicotrópicos e formulários especiais; entre outros documentos inerentes ao serviço e adequação aos protocolos institucionais
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal das ocorrências
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal/Sistema (Análise de prontuários e ou documentos de suporte e verificação das anotações)
<b>Periodicidade</b>	Por evento
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Obter o número de ocorrências referentes às inconformidades identificadas
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências: sem desconto no valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Uma ocorrência: desconto de 0,5% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Duas ocorrências: desconto de 1,5% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Três ou mais ocorrências: desconto de 2% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas

Tabela 3: Indicador 2 do IMR

INDICADOR Nº 02 - DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir o correto atendimento da demanda do HU-Furg quanto aos horários pré-estabelecidos para prestação do serviço, evitando a descontinuidade do serviço por ausência de profissionais
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal das ocorrências

<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal, pela equipe de fiscalização
<b>Periodicidade</b>	Por evento
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Obter o número de ocorrências em que houve descontinuidade do serviço por ausência de profissionais (atrasos, não comparecimento de profissionais ou abandono do serviço, entre outras situações que configurem descumprimento da carga horária pré-estabelecida, sem ajuste ou autorização prévia da contratante)
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências: sem desconto no valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Uma ocorrência: desconto de 0,75% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Duas ocorrências: desconto de 1,5% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Três ou mais ocorrências: desconto de 2,25% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas

Tabela 4: Indicador 3 do IMR

<b>INDICADOR Nº 03 - UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EQUIPAMENTOS, INSUMOS, MATERIAIS OU EPI'S (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a correta utilização de materiais relacionados à prestação do serviço, para fins de segurança dos pacientes e profissionais, assim como, observância das diretrizes e exigências sanitárias na aplicação de produtos de saúde regulados pela Anvisa
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal das ocorrências
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal, pela equipe de fiscalização
<b>Periodicidade</b>	Por evento
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Obter o número de ocorrências devidamente registradas no mês de referência em que houve falhas relacionadas ao uso de materiais, seja pela inobservância de protocolos e boas práticas sanitárias ou danos decorrentes do uso inadequado
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências: sem desconto no valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Uma ocorrência: desconto de 0,5% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Duas ocorrências: desconto de 1% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Três ou mais ocorrências: desconto de 1,5% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas

Tabela 5: Indicador 4 do IMR

<b>INDICADOR Nº 04 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS DEMAIS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Obter a manifestação formal da empresa quanto à questionamentos e esclarecimentos realizados pelo HU-Furg em razão do serviço contratado
<b>Meta a cumprir</b>	Um dia útil ou conforme prazo estipulado nas solicitações da contratante, de acordo com suas especificidades
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal das ocorrências

<b>Forma de acompanhamento</b>	Eletrônica, conforme protocolo de envio via e-mail institucional ou outro meio estabelecido
<b>Periodicidade</b>	Por evento/solicitação à contratante
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Obter o número de ocorrências devidamente registradas no mês de referência em que houve atraso na manifestação da contratada quanto aos questionamentos e esclarecimentos solicitados pelo HU-Furg
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências: sem desconto no valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Uma ocorrência: desconto de 0,25% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Duas ocorrências: desconto de 0,50% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Três ou mais ocorrências: desconto de 1% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas

Tabela 6: Indicador 5 do IMR

INDICADOR Nº 05 - ATENDIMENTO DE OUTROS REQUISITOS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir o pleno atendimento aos requisitos para execução do objeto definidos no Termo de Referência
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal das ocorrências
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal, pela equipe de fiscalização
<b>Periodicidade</b>	Por evento
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Obter o número de ocorrências devidamente registradas no mês de referência em que houve descumprimento pela Contratada de quaisquer requisitos para execução do objeto, conforme definido no Termo de Referência e não contemplados nos demais indicadores do IMR
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências: sem desconto no valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Uma ocorrência: desconto de 0,25% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Duas ocorrências: desconto de 0,50% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas Três ou mais ocorrências: desconto de 1% do valor mensal apurado para o total de horas trabalhadas

8.2.4. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.

## 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Tabela 7: Dimensionamento da Proposta

Item	Descrição do serviço	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor Total
------	----------------------	---------	------------	--------------	-------------

1	Contratação de Serviços Médicos de Anestesiologia para atendimento no Bloco Cirúrgico do Centro Obstétrico	Meses	12	R\$ -,00	R\$ -,00
---	--	-------	----	----------	----------

9.1.1. A empresa deverá detalhar o valor mensal cobrado de acordo com a tabela abaixo, a fim de possibilitar o ajuste do pagamento conforme os serviços/atividades efetivamente executados:

Tabela 8: Composição do Custo

COMPOSIÇÃO DO CUSTO DA CONTRATAÇÃO						
Id	Atividade/Serviço	Unidade	Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal (Quant. Mensal X Valor Unit.)	Valor Total (Valor Mensal X 12)
1	Serviços Médicos de Anestesiologia para atendimento no Bloco Cirúrgico do Centro Obstétrico	Horas	728	R\$ -,00	R\$ -,00	R\$ -,00
Valor Total:						R\$ -,00

9.1.2. Na fase de Julgamento da Licitação, a empresa interessada deverá enviar planilha contendo a decomposição da sua proposta, nos moldes do Anexo V deste Termo de Referência.

10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n.º 10.936 de 12 de Janeiro de 2022;
- VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

10.2. A contratada deverá observar o disposto no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), demais normas técnico-sanitárias pertinentes editadas pela ANVISA e outros órgãos reguladores, e novas práticas eventualmente implementadas pela contratante no âmbito do HU-Furg/Ebserh.

10.3. Não foram identificados demais critérios ou práticas de sustentabilidade específicos aplicáveis ao objeto, conforme consulta realizada ao [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#) e seu [Painel](#), porém não exime a Contratada de adotar as práticas porventura aplicáveis legalmente ao objeto contratado.

11. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

- 11.1.1. a "quarteirização" da prestação do serviço implicaria em perda de controle direto na gestão dos prestadores vinculados à execução, o que traria riscos à execução do Contrato.
- 11.1.2. em caso de falhas ou problemas, pode haver dificuldade em identificar se a culpa é da contratada ou da subcontratada, gerando insegurança jurídica.
- 11.1.3. acompanhar a escala, disponibilidade e desempenho dos anestesistas se torna mais complexo quando há intermediários.

11.2. Tratando-se de fornecedores reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

- 11.2.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 11.2.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
- 11.2.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 11.2.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Termo de Referência, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
- 11.2.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

11.2.6. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato.

11.2.7. No caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

13.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

13.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

13.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

13.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

13.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

13.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **14. PAGAMENTO**

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

14.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

- 14.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 14.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação seguinte:
- 14.4.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - 14.4.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - 14.4.3. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei;
  - 14.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
  - 14.4.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
  - 14.4.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
  - 14.4.7. constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 14.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 14.8.1. o prazo de validade;
  - 14.8.2. a data da emissão;
  - 14.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante (entre eles: nome do objeto, nº do contrato e nº do empenho);
  - 14.8.4. o período de prestação dos serviços;
  - 14.8.5. o valor a pagar;
  - 14.8.6. os dados bancários para pagamento; e
  - 14.8.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal).
- 14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 14.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 14.16. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

## 15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 15.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou

título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

15.1.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, podendo optar por uma das modalidades supracitadas.

15.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá observar o seguinte:

15.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

15.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

15.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

15.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

15.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.

15.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

15.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656/2022).

15.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

15.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh à CONTRATADA; e

15.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

15.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Ebserh.

15.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

15.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.11. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.12. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

15.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

15.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

15.13.2. A Ebserh deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

15.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

15.15. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

15.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

15.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. O critério de julgamento a ser adotado será o menor preço.

- 16.2. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 30º do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.
- 16.3. Será adotado o modo de disputa "aberto e fechado" para a presente contratação.
- 16.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 16.4. Não foi fixada exclusividade de participação de microempresas ou empresas de pequeno porte para os itens, considerando que para o atendimento do objeto deste processo licitatório não foi identificado o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP's sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, considerando também que não foi entendido como vantajoso para a administração pública, tendo em vista que a ampla concorrência neste processo alcançará um maior número de participantes, garantindo assim a efetiva participação dos interessados, não prejudicando a participação das empresas beneficiadas pela LC nº 123/2006, com base no art. 10, incisos I e II do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 16.4.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 16.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.6. Não previsão de tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte- ME/EPP.
- 16.7. A licitante deverá apresentar Atestado de Vistoria ou Declaração de Responsabilidade em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 16.8. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da **capacidade econômico-financeira** são os seguintes:
- 16.8.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;
- 16.8.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$
- $$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$
- $$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$
- 16.8.2.1. caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do item pertinente para o período de doze meses.
- 16.8.2.1.1. A condição supracitada visa a garantir o atendimento ao interesse público, tendo em vista a essencialidade do objeto no contexto da Instituição, pela prestação de serviços na área da saúde, visando garantir o pleno atendimento das demandas assistenciais (direta ou indiretamente). Assim, considera-se que o percentual estabelecido é compatível com o valor da contratação e não se vislumbra como potencial restrição à competitividade, visto se tratar de condição excepcional, ou seja, quando do não atendimento ao resultado dos índices econômicos superiores a 1 (um). Portanto, se estabelece como condição mínima de qualificação econômico-financeira para garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital.
- 16.8.2.1.2. A escolha pela exigência do Patrimônio Líquido se dá em razão de ser uma métrica que expresse de maneira mais adequada a saúde financeira da empresa licitante. Por se tratar de uma medida alternativa, entende-se que não há restrição de competitividade, ao mesmo tempo que garante mais segurança na análise do que o Capital Social mínimo, que desconsidera eventuais prejuízos no exercício analisado.
- 16.8.2.2. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 16.9. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**
- 16.9.1. Certificado de Regularidade de Inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM), dentro do prazo de validade.
- 16.9.1.1. Em se tratando de empresas registradas fora do Estado do Rio Grande do Sul, deverão apresentar declaração expressa, se comprometendo, se vencedor do objeto da contratação, a proceder ao visto do registro ou a registrar-se no Conselho Regional de Medicina do referido Estado, sendo que tal registro deverá ser apresentado na assinatura do termo de contrato (poderá ser apresentado o protocolo de registro no Conselho, desde que apresentado o registro definitivo antes do início da execução dos serviços).
- 16.9.2. Registro do Responsável Técnico da empresa no Conselho Regional de Medicina.
- 16.9.2.1. A comprovação de vínculo profissional do responsável técnico se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- 16.9.2.2. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, devendo apresentar o registro do Conselho, atualizado, à contratante.
- 16.9.3. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais e demais peculiaridades para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 16.9.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.9.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

16.9.4.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, totalizando 2.000 horas (ano) na realização de procedimentos na área de anestesiologia, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do 01 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

16.9.4.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

16.9.4.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.9.4.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.9.4.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

16.9.4.1.6. A exigência de atestado de capacidade técnica se justifica pela alta complexidade e especialização do serviço a ser contratado, que requer, inclusive, profissionais habilitados (médicos anestesiologistas) para sua execução. Desta forma, se pretende avaliar a expertise da empresa na prestação do serviço, reduzindo os riscos à Administração durante a execução do contrato e possíveis danos ao erário ou dano maior ao interesse público, em razão de eventual inexecução por imperícia.

## 17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26443/155908

Fonte: 1001A004QX

Programa de Trabalho: 234204

Elemento de Despesa: 33903950

Plano Interno: UDM60000000

## 18. MATRIZ DE RISCOS

18.1. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos.

## 19. ANEXOS

19.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 19.1.1. Anexo I - Estudo Preliminar (56804556)
- 19.1.2. Anexo II - Termo de Vistoria (56906642)
- 19.1.3. Anexo III - Declaração de Responsabilidade (56906644)
- 19.1.4. Anexo IV - Cálculo do IMR (57580906)
- 19.1.5. Anexo V - Planilha de Custos e Formação de Preço (56932659)
- 19.1.6. Anexo VI - Termo de Recebimento Provisório (60131597)
- 19.1.7. Anexo VII - Termo de Recebimento Definitivo (60131792)

## 20. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

20.1. Segue para aprovação da Gerência de Atenção à Saúde, conforme dispõe o art. 33 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.

### Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**Kamylla Schmalfuss Schaidhauer**

Chefe da Divisão Médica

Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**Luciane Bicca Mespaque**

Unidade de Clínica Cirúrgica

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**Tânia Maria Morais Vieira da Fonseca**  
Unidade da Mulher  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)  
**Filipe Geannichini Rodrigues**  
Unidade de Clínica Cirúrgica  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)  
**Thuane Pinheiro Maino**  
Unidade de Compras e Licitações  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**Designação da Equipe:** Portaria - SEI nº 814 (56466055), de 19 de dezembro de 2025, publicada no Boletim de Serviço nº 552, de 22 de dezembro de 2025 (56802561).

- 20.2. De acordo.
- 20.3. A contratação do serviço em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da Instituição.
- 20.4. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

(assinado eletronicamente)  
**Tomás Dalcin**  
Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **THUANE PINHEIRO MAINO, Assistente Administrativo**, em 17/06/2026, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Bicca Mespaque, Médico(a)**, em 18/06/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Morais Vieira da Fonseca, Chefe de Unidade**, em 19/06/2026, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Geannichini Rodrigues, Chefe de Unidade**, em 19/06/2026, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kamylla Schmalfuss Schaidhauer, Chefe de Divisão**, em 22/06/2026, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Dalcin, Gerente**, em 23/06/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **60123593** e o código CRC **38022DD6**.

**Referência:** Processo nº 23764.022197/2025-68 SEI nº 60123593